

Arremessadas do caminhão de turma: literatura de testemunho e experiência traumática entre as trabalhadoras boias-frias na obra de Murilo Carvalho

Eliana Maria de Melo Souza*

Ettore Dias Medina**

RESUMO:

Este artigo investiga o universo das trabalhadoras boias-frias, mais precisamente as que pegam o chamado caminhão de turma. Assim, a reportagem “O Expresso Boia-Fria” (1976) e o conto “A cara engraçada do medo” (1978), ambos do jornalista e escritor brasileiro Murilo Carvalho, compõem o material investigado. Tem-se por hipótese que as duas narrativas, cujo tema é o acidente no caminhão de turma, se enquadram no universo da literatura de testemunho.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Literatura de testemunho. Murilo Carvalho. Trabalhadoras boias-frias. Acidente no caminhão de turma.

Introdução

Há anos já, e também no ano de 2011, a fuligem resultante da queima da palha da cana-de-açúcar polui as cidades que estão próximas aos canaviais plantados em larga escala. O uso constante da queima da palha de cana contribui para as alterações bruscas de temperatura e para o aquecimento que tem afetado um número cada vez maior de cidades brasileiras, e sua fuligem faz bastante mal ao sistema respiratório de muitas pessoas, principalmente aos idosos e crianças. Este signo sinistro tem poluído o cotidiano, e aponta para as práticas irresponsáveis presentes onde ocorre a produção da monocultura da cana-de-açúcar.

Pelas estradas da região de Araraquara e de Ribeirão Preto, ambas no estado de São Paulo, a plantação de cana de açúcar vai avançando, ocupando os espaços, fazendo com que o plantio de gêneros alimentícios desapareça. Vez por outra, no carro ou no ônibus, o leitor já deve ter visto um ônibus parado, e em uma clareira, ou embaixo de uma árvore, trabalhadores com sua vestimenta específica, deitados, ou mesmo sentados, conversando, almoçando, ou descansando. É difícil enxergá-los, pois o canavial esconde as relações de trabalho que ocorrem em meio às ruas lotadas de cana-de-açúcar.

Falo da monocultura da cana-de-açúcar por ter visto o canavial muitas vezes, mas outras monoculturas como o café e a laranja, para ficarmos com dois exemplos, também são espaço onde ocorrem formas de trabalho e relações sociais perversas, que expõem os corpos dos trabalhadores ao risco extremo, tendo um impacto radical em suas subjetividades.

As perversas relações de trabalho que envolvem a produção monocultora foram matéria de reportagens e contos do jornalista e escritor Murilo Carvalho já na década de 1970. A investigação realizada aqui tem por material uma de suas reportagens e um de seus contos. A reportagem chama-se “O Expresso Bóia-Fria”, e foi publicada na obra “Estórias de Trabalhador”, em 1976. Trata-se de uma reportagem que explicita a péssima situação dos trabalhadores rurais precarizados, os boias-frias. O conto nomeia o livro “A cara engraçada do medo”, de 1978. O leitor que tem este livro em mãos lê, na contracapa, a seguinte passagem: “Os treze contos que constam de A Cara Engraçada do Medo são

fruto de trabalho de três meses junto aos boias-frias em Minas, São Paulo e Paraná” (CARVALHO, 1978). Esta passagem aponta uma aproximação do escritor com o universo figurado nas narrativas. Este tipo de aproximação também é recorrente na “literatura de testemunho”. A hipótese deste trabalho é que a reportagem “O Expresso Bóia-Fria” e também o conto “A cara engraçada do medo” são exemplos de “literatura de testemunho”. Além disso, outra característica fundamental me levou a escolher estas narrativas: tanto a reportagem quanto o conto em questão têm mulheres boias-frias como protagonistas, mulheres que sofreram acidentes com o caminhão que transporta os trabalhadores, conhecido como “caminhão de turma”. Assim, este trabalho investiga narrativas que têm trabalhadoras rurais como personagens. É um trabalho sobre a presença da mulher boia-fria na literatura.

Uma vez que a presente investigação se volta para o que julgo serem exemplos de “literatura de testemunho”, a perspectiva metodológica escolhida se apoia em estudos voltados ao universo do “testemunho”, a partir das duas principais vertentes que o compõem: a “vertente latino-americana” e a chamada “literatura da *Shoah*”. Não busco adequar os aspectos temáticos e formais das narrativas investigadas a essas teorias, mas dialogar com elas a partir dos problemas encontrados no próprio processo de investigação das narrativas.

A “literatura de testemunho” tem afinidades com a posição característica do jornalista que se aproxima do acontecimento antes de contá-lo. Para aproximar-se, utiliza procedimentos distintos como o levantamento e análise de dados e documentos, e também a comparação de relatos feitos por diferentes informantes, cada um deles sendo portador de um ponto de vista que permitirá ao jornalista montar uma versão do acontecimento. No entanto, o posicionamento do jornalista e também o do escritor dedicado à literatura de testemunho enlaça-se a uma dimensão imaginativa e ficcional que se traduz na escolha de procedimentos narrativos que fazem as instâncias “política” e “estética” dialogarem. Aqui estas instâncias relacionam-se entre si, fazendo da “literatura de testemunho” um objeto cultural e artístico, mas também uma forma de denúncia. “A literatura de testemunho surge da necessidade literária ou extraliterária de encontrar as formas adequadas para narrar a violência e remete-nos sempre a cruzamentos entre literatura e história, ou entre literatura e política” (ADOUE, 2008, p. 53). Sem dúvida, as narrativas curtas em questão têm a violência por tema, pois retratam “situações extremas”.

Não só a reportagem, mas também a etnografia tem semelhanças com o universo do “testemunho”. O etnógrafo, assim como o escritor que faz literatura de testemunho, se aproxima dos sujeitos e lugares que investigará em seus trabalhos. Esta proximidade entre “literatura de testemunho” e “etnografia” - e não por acaso o antropólogo cubano Miguel Barnet é considerado precursor do testemunho na vertente latino-americana - legitima o uso de etnografias e estudos empíricos da sociologia voltados às mulheres boias-frias como parte do material de apoio para a investigação. As etnografias e os estudos empíricos ajudarão na contextualização e interpretação das situações extremas que compõem o enredo das narrativas.

Um pouco de história: no passado, a mulher boia-fria foi colona

Em seu estudo “De colona a boia-fria” Maria Aparecida de Moraes Silva (2002) nos mostra como a situação de boia-fria é resultado da precarização das condições de existência do trabalhador rural. Quanto às trabalhadoras, sua situação é mais precária, pois a condição de trabalho está imbricada a questões de gênero, afetando, assim, a relação da mulher boia-fria com o marido ou companheiro, mas também com os filhos e filhas. O trabalho árduo objetiva uma relação específica da mulher com seu corpo, sua feminilidade e sua sexualidade, já que a percepção e aceitação de si mesma torna-se danificada pelas consequências da atividade realizada.

Antes da referida precarização do trabalho, ou, em outras palavras, à sua individualização, a trabalhadora rural era colona. Trata-se de uma situação diferente daquela em que se encontra o boia-fria. No colonato, embora a preferência recaísse sobre os homens, todos na família colona eram braços para o trabalho, e já eram considerados “de trabalho” aos 12 anos de idade. A situação de colono trazia certas garantias, como “moradia gratuita e um pedaço de terra – proporcional ao número de pés de café sob seus cuidados – para plantar milho, feijão e arroz” (SILVA, 2002, p. 555). A fertilidade das terras fazia com que a produção de subsistência dos colonos gerasse excedentes. Além disso, havia uma “indústria doméstica” com peso importante para produção de gêneros e objetos fundamentais para o modo de vida da família colona.

O setor de subsistência, assentado na produção das culturas alimentares e da indústria doméstica, conferia aos colonos a “fatura” manifesta nas despensas cheias de alimentos – algo inexistente nos dias atuais face à situação de miserabilidade dos trabalhadores boias-frias. Com a queda natural da fertilidade das terras, após sucessivas plantações, decaíam, por conseguinte, os níveis de produtividade, comprometendo, no decorrer dos anos, a economia familiar (SILVA, 2002, p. 556).

O modelo de produção agrícola e familiar existente no sistema de colonato possibilitava aos trabalhadores uma diversidade de gêneros alimentícios e produtos de uso cotidiano que ainda não haviam sido transformados em mercadoria. A ênfase na produção monocultora acelera o desgaste da fertilidade das terras, transformação que tem grande impacto no modo de vida da família colona. Este, ao se transformar, toma feições de miserabilidade.

Apesar da situação de colona ser menos precária que a situação de boia-fria, a vida da mulher colona já era bastante dura. A jornada de trabalho da mulher era maior que a do homem, e estava enlaçada à partilha do tempo entre o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o trabalho na lavoura, e a própria postura do homem com quem vivia: “o chefe da família apresentava-se diante da esposa e dos filhos como a personificação da exigência dos proprietários – como o verdadeiro “patrão”, o supervisor e o capataz. O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão” (SILVA, 2002, p. 558). Este tipo de poder se objetivava através de uma organização social diferenciadora, que demarcava e impunha as atividades de acordo com o gênero, idade e posição ocupada na família. As mulheres eram prejudicadas sempre.

É a partir da década de 1960 que a situação na agricultura do estado de São Paulo muda radicalmente, em decorrência do violento processo de modernização que teve por características: “concentração da propriedade de terra, expulsão maciça dos trabalhadores residentes, mudanças nas relações de trabalho e implantação de novos produtos agrícolas” (SILVA, 2002, p. 561). Outra consequência deste violento processo é o êxodo que marcou a virada dos anos 1950 para os anos 1960. Neste êxodo, os trabalhadores residentes nas fazendas foram morar nas cidades. Assim, surge no mercado de trabalho no campo o “volante”, trabalhador temporário residente nas cidades-dormitórios, também chamado de boia-fria. “Entre 1960 e 1980, dois milhões e meio de pessoas já tinham deixado de viver na área rural do Estado de São Paulo” (SILVA, 2002, p. 562). Estes números mostram o êxodo rural decorrente do processo de modernização das condições de trabalho no campo como uma experiência coletiva, que mudou drasticamente o cotidiano das famílias camponesas, também criando novas e precárias relações entre campo e cidade. A exploração da mão de obra migrante nos anos 1970 também teve força nos Estados Unidos da América. De acordo com as observações do geógrafo Yi-Fu Tuan em pesquisa publicada em 1975, naquele país o trabalho no campo foi feito “por cerca de dois milhões de trabalhadores migrantes

das partes mais pobres do Sul, do México e de Porto Rico” (TUAN, 2005b, p. 227). Há algumas semelhanças no tratamento dos trabalhadores migrantes nos dois países. Nos Estados Unidos, como ocorre no Brasil muitas vezes, os trabalhadores migrantes eram excluídos do campo de visão e do cotidiano da população estadunidense, sendo obrigados a morar em casebres miseráveis e de difícil acesso. Longe de seus países e regiões de origem, esses trabalhadores estavam à mercê de relações de trabalho e condições de existência precárias, marcadas pela violência dos patrões e intermediários.

O migrante torna-se um desenraizado: “perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem” (BOSI, 2000, p. 17). Ao mesmo tempo em que morar nas cidades significou ao trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica, significou também o aumento de gastos com a própria sobrevivência. As mudanças no modo de vida do trabalhador rural que foi viver na cidade não foram acompanhadas por um aumento de salários, impossibilitando estes trabalhadores de consumirem o necessário para terem uma vida digna. “Aos poucos, essa situação foi adquirindo características de miserabilidade: desnutrição, doenças, fruto da carência alimentar, das péssimas condições de vida, dos baixos salários” (SILVA, 2002, p. 562). Como não poderia deixar de ser, o aparecimento do boia-fria, o trabalhador individualizado, provocou mudanças no interior da família. O homem passa a perder as funções anteriores na gestão do trabalho. “Torna-se, paulatinamente, o “provedor defeituoso” da família, na medida em que a mulher e os filhos são obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas de sobrevivência” (SILVA, 2002, p. 562).

Estamos diante de uma nova forma de organização do trabalho, na qual a força de trabalho feminina é reabsorvida. As mulheres são “submetidas a um intenso processo de exploração e dominação, predominante no eito dos canaviais, laranjais e cafezais” (SILVA, 2002, p. 562). A discriminação à mulher reflete-se nos salários bem mais baixos que o dos homens. Além disso, como nos mostra Verena Martinez-Alier em etnografia feita com “mulheres do caminhão de turma” redigida no ano de 1974, a reintegração das mulheres na produção social do trabalho não levou a uma redistribuição do trabalho doméstico.

Os homens só trabalham na roça e as mulheres trabalham na roça e em casa. Quando uma criança adocece, quando há acúmulo de roupa para lavar, são as mulheres que perdem o dia. O trabalho nos campos começa às sete da manhã. Para preparar a comida do dia e fazer com que todos saiam de casa em tempo, as mulheres levantam às três da manhã, aproximadamente. Os homens geralmente levantam após suas mulheres. À tarde, quando as mulheres voltam do trabalho, por volta das seis horas, elas ainda têm que preparar o jantar, lavar alguma roupa e arrumar a cozinha. Para as mulheres a ajuda dos homens é muito bem-vinda, mas há poucos homens que gostam de ajudar nas atividades domésticas. O máximo que fazem geralmente é consertar a cerca e limpar o quintal, tarefas que, segundo se diz, são tradicionalmente masculinas; mesmo carregar água, quando isso se torna necessário, são as mulheres que o fazem” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p. 94-95).

Tornando-se boia-fria a trabalhadora rural terá de enfrentar uma nova forma de organizar seu tempo, além de frequentar espaços que não escolhe. As trabalhadoras boias-frias terão contato com figuras como o “turmeiro”, que é o dono do caminhão, e com trabalhadores que muitas vezes são escolhidos na ocasião da montagem da turma de trabalho do dia. Assim, seu corpo será objeto de desejo e de vigilância, e sua relação com o próprio corpo perpassará uma nova avaliação dos valores da mulher boia-fria consigo mesma.

Este breve preâmbulo teve por intuito mostrar como a figura da trabalhadora boia-fria é resultante de um processo de precarização das condições de existência e de trabalho no campo. Antes de tornar-se boia-fria, a trabalhadora rural conviveu com sua família na condição de colonato, um tipo de organização social que, embora injusta, por ser baseada em uma divisão sexual do trabalho e das atividades cotidianas, ainda apresentava vantagens e tipos de relações sociais mais enraizadas. A condição de boia-fria expõe a trabalhadora rural a situações extremas, que demandam novas respostas e novas formas de resistência. Alguns dos temas aqui sugeridos serão explorados com profundidade nas análises literárias. Vamos a elas.

Os perigos do caminhão de turma

As precárias condições de existência do trabalhador boia-fria envolvem todos os aspectos de seu cotidiano, abarcando a alimentação, a moradia, as relações pessoais e de trabalho. Aqui, a centralidade estará nas condições de transporte do trabalhador boia-fria da casa ao local de trabalho, e vice-versa. Embora atualmente os trabalhadores sejam transportados em ônibus nos quais a faixa que indica o destino está preenchida com a palavra “Rurais”, destino genérico que esconde os nomes dos lugares concretos para onde são levados, nem sempre foi desta maneira. No ano de 1976, por exemplo, ano em que Murilo Carvalho escreveu a reportagem “O Expresso Boia-Fria”, os trabalhadores eram transportados em caminhões com a carroceria coberta por uma estrutura de ferro bastante frágil e rudimentar, envolvida por uma lona ou encerado, e que não ofereciam nenhuma segurança. Estes caminhões eram chamados “caminhão de turma”:

Entre seis e sete da manhã, estradas interioranas do Estado de São Paulo, são cruzadas em todos os sentidos por caminhões em melhor ou pior estado de conservação, cheios de gente ou em vias de recolher grupos de pessoas postadas ao lado das estradas, que esperam ser levadas ao trabalho. Os homens vestem calças desgastadas e camisas rasgadas; as mulheres calças, saias, duas camisas, uma sobre a outra, lenços amarrados na cabeça, escondendo uma boa parte de suas faces, e um grande chapéu de palha. Todos carregam uma espécie de mochila que contém sua comida, um pedaço de plástico para o caso de chuva e uma lima para afiar sua enxada” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p. 71).

Embora inicialmente a substituição do “caminhão de turma” pelo “ônibus” tenha sido de grande valia para o trabalhador, o “ônibus”, por apresentar uma aparência de segurança e organização, pode esconder perversas condições de agenciamento para o trabalho em locais distantes e desconhecidos, e também práticas de tráfico de pessoas. Yi-Fu Tuan, ao se perguntar sobre as condições de vida dos trabalhadores recrutados como mão de obra migrante para o trabalho rural nos Estados Unidos da América, destaca alguns dos perigos desses dois meios de transporte: “O que eles estão fazendo apinhados em um ônibus ou caminhão propenso a acidentes, que os leva cada vez mais longe de casa?” (TUAN, 2005b, p. 227). Situações de perigo extremo envolveram e envolvem as maneiras de transportar trabalhadores migrantes e trabalhadores boias-frias, como ocorre em “O Expresso Boia-Fria”, que começa com o relato do pedreiro Neco, testemunha ocular do acidente com o caminhão de turma em torno do qual é construída a reportagem de Murilo Carvalho. Diz o pedreiro:

-Venho descendo, bem dizer atrás desse caminhão. O caminhão ainda andou batendo num carro, jogou no meio do mato, bem no fim da rua Pe. Francisco Malaquias, nos fundos da Cargil. Aí eu fiquei admirado com aquilo e parei,

encostei a bicicleta e fiquei olhando. O caminhão corria demais, rua abaixo, e eu olhando; então sumiu que sumiu, arrebentou a cerca de arame farpado e sumiu no barranco com tudo. Na hora parece que aquilo foi meio esquisito, na minha compreensão. Então quando o povo começou a gritar, aquela gritaria, eu corri lá, cheguei na beira do barranco e vi. Foi uma das mais tristes coisas da minha vida, aquele monte de gente arrebentado lá embaixo, debaixo do caminhão, gritando, morrendo tudo. Aí os empregados da Cargil saíram da fábrica e vieram socorrer, tirar os vivos e foram botando numa pírua, pra levar pro hospital, eu desci e fiquei ajudando, tinha uns tudo quebrado, sangrando debaixo da lona do caminhão, a gente só descobria os vivos era por causa do grito. Na horinha morreu 18, tudo conhecido meu, tudo boia-fria, morador do Jardim América. Eu acho que nunca mais vou esquecer isso não, aquela porção de amigo chorando, gritando, tudo gente boa, tudo trabalhador, lá jogado, aquela sangueira (CARVALHO, 1976, p. 145).

Após o relato do pedreiro Neco, que também era morador do Jardim América, o leitor é situado na outra parte da reportagem, no momento em que Cleide e outras mulheres estão esfregando o chão da casa de Tereza Silva, que é uma das sobreviventes do acidente. No início do texto que relata a situação de Tereza ficamos sabendo que o caminhão vinha da Usina de cana-de-açúcar Maringá e trazia no total 54 trabalhadores em sua carroceria. Tereza foi levada para a Santa Casa da cidade de Araraquara, junto com os outros sobreviventes.

Mesmo tratando-se de uma reportagem, o texto de Murilo Carvalho não deixa de apresentar recursos ficcionais e literários, como, por exemplo, o uso do narrador em terceira pessoa, e a menção à manhã de domingo em que “o sol fraco de inverno deixa tudo colorido, no pequeno quintal de Tereza Silva” (CARVALHO, 1976, p. 146). Esta delimitação do espaço e do tempo onde os trabalhadores e trabalhadoras estão será seguida pela apresentação das personagens, de suas ações e falas, como no exemplo da protagonista: “Tereza Silva, 45 anos, preta, mineira de Santa Rita de Caldas, chegou há 16 anos em Araraquara” (CARVALHO, 1976, p. 146). O relato de Neco, mas também as falas de Tereza e de seu marido Durval, são exemplos daquilo que é chamado de “pré-texto” na vertente latino-americana da literatura de testemunho. Trata-se de testemunhos imediatos recolhidos pelo autor letrado, podendo ser formados por “depoimentos, cartas, diários, memórias, autobiografias – bem como outros discursos não ficcionais – biografias, testemunhos etnográficos e historiográficos” (MARCO, 2004, p. 47). Quanto à articulação de testemunhos imediatos com recursos ficcionais, ela apresenta semelhanças com aquilo que Valéria De Marco denominou “pseudotestemunho”. Neste, “o autor mobiliza elementos de composição da ficção para recriar eventos violentos a partir de relatos de testemunhas e de vários tipos de documentos” (MARCO, 2004, p. 47). Antes de investigar as falas de Tereza e Durval, retornemos ao relato do pedreiro Neco.

Como nos mostra Márcio Seligmann-Silva o conceito de “literatura de testemunho” vem problematizando as relações entre a literatura e a “realidade”, já que este conceito desloca o “real” para uma área de sombra: “testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Este relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do ‘real’ (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 47, grifos do autor). É inegável que Neco testemunhou algo de excepcional. Seu relato foi colhido por Murilo Carvalho, que valoriza a perspectiva na qual o pedreiro conta o acidente. Há, na posição de Neco, algo da noção latina de *Testis*, palavra da qual deriva o nosso termo testemunha, e cujo significado etimológico relaciona-se com “aquele que se põe como terceiro (**terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” (AGAMBEN, 2008, p. 27, grifos do autor). No entanto, não há neutralidade no relato de Neco. Ele não só foi impactado pela

catástrofe que presenciou como ajudou no salvamento dos sobreviventes. Penso que ele é um “terceiro” por sua posição no momento do acidente. Para Márcio Seligmann-Silva o testemunho é, via de regra, fruto de uma contemplação. A testemunha é sempre testemunha ocular, testemunhando, sempre, um evento. “A palavra alemã para evento é justamente *Ereignis* (que vem de *ir-ougen*, sendo que *ouga* quer dizer olho) que, etimologicamente, significa “pôr diante dos olhos, mostrar” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 82-83, grifos do autor). Como ocorre em outros relatos de testemunho, o relato de Neco está permeado por várias expressões que estão contidas no campo semântico e perceptivo do olhar: “fiquei admirado”; “fiquei olhando”; “cheguei na beira do barranco e vi”. Neco, ao relatar, denuncia, põe um acontecimento grave diante dos olhos do leitor.

O testemunho é também uma fala sobre a experiência, sobre algo que nos acontece. Neco presenciou uma experiência traumática, uma experiência onde o real é vivido em excesso. A palavra trauma vem da língua grega e relaciona-se com a palavra “ferida”. Aqui, uma ferida psíquica. Quando a dor é no corpo, percebe-se o limite, pois ele é visível. Quando a dor é interna, parece não haver fim, o limite não aparece e seu contorno é de difícil identificação.

O trauma traz consigo uma temporalidade específica, decorrente de algo excessivo que o sistema perceptivo humano tem dificuldades de organizar. Daí Neco dizer: “*Na hora parece que aquilo foi meio esquisito, na minha compreensão*” (CARVALHO, 1976, p. 145, grifos do autor). O importante desta frase é a construção temporal. Um sujeito que tivesse passado por um acontecimento corriqueiro, diria: “Na hora pareceu”. Mas tratando-se de uma experiência traumática, o verbo é usado no presente, “parece”. O traumatizado revive o trauma, que é algo que retém o tempo. O relato de Neco enlaça-se à questão da saúde mental, pois, ao contar, o pedreiro busca colocar a experiência traumática, e também a si mesmo, no tempo. No entanto, é muito difícil abarcar o “excesso de real” que foi vivenciado. Este excesso de real torna-se indelével na subjetividade de Neco, como se o acidente visto fosse uma interrupção, criando um antes e um depois: “Foi uma das coisas mais tristes da minha vida, aquele monte de gente arreventado lá embaixo, debaixo do caminhão, gritando, morrendo tudo”. E mais adiante, na última frase do relato. “Eu acho que nunca mais vou esquecer isso não, aquela porção de amigo chorando, gritando, tudo gente boa, tudo trabalhador, lá jogado, aquela sangueira” (CARVALHO, 1976, p. 145). As dificuldades em lidar com uma experiência onde o real é vivenciado em excesso são nítidas, e afetam a linguagem do sujeito que testemunha. Os 18 trabalhadores que morreram na hora eram amigos e conhecidos de Neco, moravam em seu bairro, o Jardim América. O relato de Neco denuncia as péssimas condições de transporte dos trabalhadores, do ponto de vista de alguém que não trabalhava no corte de cana. Passemos à perspectiva daqueles que estavam no caminhão.

A migrante mineira Tereza Silva, que é a “protagonista” da segunda parte da reportagem, é uma das sobreviventes do acidente com o caminhão. Ela, o marido Durval e alguns amigos e amigas estão em sua casa. Conforme já dito, Cleide e outras mulheres estão esfregando o chão de cimento da casa, uma maneira de ajudar a amiga acidentada, e também uma forma de resistência e solidariedade dos trabalhadores. Tereza veio para Araraquara em busca de melhores condições de vida, pois o marido Durval já tinha problemas de saúde e seus filhos eram pequenos. Ela e Durval foram para o corte de cana, o que fez a doença de Durval piorar, obrigando Tereza a trabalhar sozinha na lavoura. As pessoas estão na casa de dois cômodos sem reboco de Tereza, e querem ouvi-la contar a história, mesmo aqueles que já a escutaram. Diferentemente de Neco, Tereza ocupa a posição de *Supertes*, termo latino que indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunha disso” (AGAMBEN, 2008, p. 27). Tereza foi marcada em seu corpo – braço, várias costelas quebradas, dores e dificuldade de se locomover – e também em sua subjetividade, pois além do impacto do acidente, o filho mais velho, de 14 anos, faleceu. Vejamos o que Durval diz sobre seu filho:

Ele era o meu filho mais velho, tinha 14 anos e me ajudava muito. Ele chamava Sílvio dos Santos, trabalhava cortando cana, carpindo. Era um menino sacudido, todo mundo gabava muito o serviço dele, ele era tão bom que ganhava um ordenado de gente grande, 31,00 por dia (CARVALHO, 1976, p. 149).

A ausência do filho morto é sentida de maneira subjetiva e simbólica, mas também material, pois o ordenado que o menino conseguia fará muita falta para a família, impossibilitando, inclusive, o plano de Durval em construir uma casa melhor. Tereza e Durval, ao relatarem suas percepções sobre a catástrofe que lhes aconteceu, acabam avançando no necessário trabalho de organização da experiência traumática, e também no trabalho de luto. Para a teoria psicanalítica, o sujeito enlutado mantém-se temporariamente num estado de

sofrimento ante a morte ou a perda cujos efeitos se fazem valer pela possibilidade de dotar a dor de um término factível. O luto é evocado pelo sujeito no sentido de fazer com que a dor não se eternize, o que o define efetivamente como um “trabalho psíquico”. Retifica-se na obra de Freud que o trabalho de luto tem a função de elaboração e assimilação psíquica da perda, bem como de possibilitar a separação com relação ao objeto perdido e o reinvestimento num *substituto*. O enlutado martitiza-se pela perda, recorda-se constantemente do morto. Ele trabalha no sentido de dar um estatuto afirmativo a algo que se perdeu, bem como dotar este fato de um arcabouço simbólico (PINHEIRO; QUINTELLA; VERZTMAN, 2010, p. 149, grifos do autor).

No entanto, como nos mostram as palavras de Durval, mesmo o trabalho de luto não deixa de ser afetado pela condição de miserabilidade do trabalhador boia-fria:

Minha mulher tá muito triste, chorando muito, olha pras roupinhas do menino e chora. Eu até imaginei de jogar fora, de dar prum pobre as roupinhas dele, mas a gente não pode fazer isso não, que serve pros irmãos, roupa é muito caro. Só aguentando a saudade mesmo (CARVALHO, 1976, p. 149).

Mesmo diante deste momento difícil do cotidiano, os trabalhadores encontram formas espontâneas de resistência e de solidariedade, que transparecem em seus diálogos. O aspecto terapêutico da fala ganha mais força na seguinte passagem, no momento em que o frango do almoço está sendo depenado e a menina que lava o arroz diz: “Vai ter comida de rico hoje, ein, dona Tereza?” (CARVALHO, 1976, p.149). Esta pergunta aparentemente corriqueira na verdade é bastante reveladora da visão de mundo e do modo de vida do trabalhador boia-fria:

O tipo de comida, assim como os hábitos alimentares são considerados importantes marcas diferenciadoras entre os pobres e os ricos. O pobre come comida fria e bebe café frio, come no meio da sujeira, sentado no chão, isto é, nas roças, e usando apenas uma colher (MARTINEZ-ALIER, 1977, p. 79).

A possibilidade de se alimentar na casa limpa, no horário em que as pessoas que não são boias-frias almoçam, é algo simbolicamente importante na vida desses trabalhadores por ser um evento raro. Os amigos e amigas presentes, além de ajudarem na limpeza da casa e no preparo do alimento, ajudam ao ouvirem os relatos. Ouvem e tecem comentários, contribuindo assim no trabalho de elaboração do trauma e do luto realizado por Durval e Tereza. O relato de Tereza, por ser feito na

perspectiva do sobrevivente é bastante intenso, funcionando como uma denúncia dos perigos que os trabalhadores boias-frias enfrentam.

Segundo Tereza, neste dia o caminhão estava ruim, com problemas mecânicos e no freio. Por isso o motorista não quis ir até onde os trabalhadores estavam, obrigando-os a andar uma longa distância a pé até o caminhão. Deste relato, destaco o seguinte trecho:

Nós viemos bem, quando chegou na rua do desastre, eu não ia para frente da carroceria porque era muito desajeitado, não tinha banco nenhum, a gente ficava lá misturado com as ferramentas, muita enxada, facão, então eu ficava lá atrás mesmo. Daí eu fiquei de pé atrás, segurando um ferro (CARVALHO, 1976, p. 147).

Destaquei esta passagem do relato de Tereza Silva porque servirá de suporte para a aproximação entre “O Expresso Boia-Fria” e “A cara engraçada do medo”. Este conto se inicia com um acidente no caminhão de turma visto pelas trabalhadoras da turma de “panhadoras de café”: “quando o caminhão tinha passado o entroncamento de Botelhos ela falou que se sentia mal e ia ficar agarrada lá atrás, na carroceria. Lá atrás dá mais baque mas na frente estava cheio de sacos de adubo, só podia ficar mais acomodada mesmo era no fundo” (CARVALHO, 1978, p. 68). A situação dos dois acidentes apresenta muitas semelhanças. As duas trabalhadoras que sofrem o acidente estão sendo transportadas em condições precárias na carroceria do caminhão, tendo de dividir o espaço com os materiais utilizados no trabalho. Assim, são obrigadas a escolherem os lugares menos seguros em uma condição de transporte já bastante insegura. O que muda nas duas situações é o local, pois de Araraquara, no estado de São Paulo, vamos para o sul do estado de Minas Gerais. Também muda a monocultura, pois agora o conto retrata o universo do trabalho nos cafezais. Eis a cena do acidente:

Aí ela vinha agarrada e quando chegou na subida, no começo da serra do Selado, o caminhão deu um soco, pulou, e quando quis ver ela tinha voado por cima da carroceria do caminhão e estava gritando no ar, parecia que ela ia voando de perna aberta, o lenço que estava amarrado debaixo do queixo desamarrou e ficou batendo, era uma asa de urubu batendo, enquanto ela gritava, até espatifar no asfalto, ploft, aquele barulho chocho e parou de gritar, e aí nós é que começamos a gritar, dar murro no teto da cabine, para o motorista parar o caminhão. E ela ficou lá no asfalto, saindo sangue da cabeça dela, ainda teve sorte, muita ajuda de Nossa Senhora de nenhum outro carro vir vindo e passar por cima dela (CARVALHO, 1978, p. 67).

Estamos diante de um relato ficcional. A cena do acidente é narrada com riqueza de detalhes e recursos da linguagem poética, como a metáfora utilizada para comparar a imagem do lenço desamarrado a uma asa de urubu. Aqui o trauma envolve todas as mulheres da turma de “panhadoras de café”, pois, além de presenciarem o acidente, foram obrigadas a esmurrar o caminhão para que o motorista parasse.

Após a cena do acidente, a mulher que foi arremessada do caminhão é focalizada, tornando-se o centro da narrativa. “Agora tudo tinha acabado” (CARVALHO, 1978, p. 68). As feridas estavam quase cicatrizadas e o dia de tirar o gesso estava próximo. Além da dor e do impacto subjetivo do acidente, o narrador diz que a trabalhadora nunca se esquecerá do fato de a enfermeira ter dito que ela caíra do caminhão por estar bêbada. Esta fala marcou a trabalhadora porque a enfermeira tinha razão. No dia do acidente ela tinha bebido um copo de pinga. A trabalhadora bebia pinga porque tinha medo de andar no caminhão. O medo do “caminhão de turma” já estava presente no relato de Tereza Silva, como mostra

a seguinte passagem: “Sempre tive medo de andar no caminhão, qualquer coisinha eu gritava de medo, de trombada, esses negócio. O caminhão corria muito, eu gritava. Depois fui me acostumando, que até com o medo a gente se acostuma” (CARVALHO, 1976, p. 147). O tema do medo servirá para Murilo Carvalho explorar, através da mediação estética permitida pela ficção, a psicologia da trabalhadora do caminhão de turma. No caso da protagonista de “A cara engraçada do medo”, o medo ilustra o impacto da precarização da condição de trabalho na subjetividade do trabalhador:

Veio no primeiro dia que subiu na carroceria de um caminhão para ir panhar café longe, numa lavoura. Foi a primeira vez e foi depois de velha: tinha passado a vida inteira na roça, na enxada, vivendo do dia de hoje, pedindo a chuva de Deus. Sem pensar que um dia ia chegando àquilo, sentada no sol, olhando as galinhas ciscar, quebrada, doída, e era o medo que fizera tudo (CARVALHO, 1978, p. 68-69).

A condição de trabalho anterior permitia à trabalhadora e protagonista do conto uma estabilidade no espaço onde aconteciam as relações de trabalho. Nesta condição, os acontecimentos eram previsíveis e estavam contidos em relações sociais pautadas na estrutura familiar e de vizinhança. A necessidade de participar das turmas do caminhão representa uma grande desagregação e transformação do cotidiano, e nos remete à precarização da condição de trabalho no campo cuja principal consequência foi o surgimento da figura do trabalhador boia-fria. Assim, as relações sociais capitalistas e a individualização do trabalho trazidas pela modernização no campo fazem a possibilidade de “sair só” e “andar só”, antes alvos de exclusão e marginalização, a regra nessas novas condições de trabalho. “O primeiro enfrentamento para essas mulheres foi o ato de “pegarem caminhão”, considerado ato de putas, deslavadas, mulheres que queriam estar no meio dos homens” (SILVA, 2002, p. 568). Como visto, “o caminhão de turma” condensa uma série de aspectos subjetivos e objetivos da vida da trabalhadora “boia-fria”, representando um grande problema em seu cotidiano já bastante difícil.

Para o geógrafo Yi-Fu Tuan o medo permeia o cotidiano do lavrador que não possui propriedade de terra. Este sentimento vem, pois qualquer revés no trabalho, ou mesmo uma mudança no humor do patrão, podem significar o desemprego. Neste sentido, a condição de trabalho fragmentada que caracteriza o cotidiano do trabalhador boia-fria pode ser entendida como um potencializador da sensação de medo.

O medo existe na mente, mas, exceto nos casos patológicos, tem origem em circunstâncias externas que são realmente ameaçadoras. “Paisagem”, como o termo tem sido usado desde o século XVII, é uma construção da mente, assim como uma entidade física mensurável. “Paisagens do medo” diz respeito tanto aos estados psicológicos como ao meio ambiente real (TUAN, 2005a, p. 12).

No caso da protagonista do conto “A cara engraçada do medo”, a questão do medo está relacionada à experiência traumática do acidente no caminhão. Esta relação pode ser percebida se nos atentamos ao momento onde o narrador mostra a protagonista após o acidente, em uma situação característica de alguém afetado pelo trauma: “Sentada no terreiro, só podia era pensar e pensava muito, revia e repassava e a filha dizia: ih! pára esse choro, o que foi, foi, mãe” (CARVALHO, 1978, p. 69). Uma vez que em situações de trauma recorda-se com riqueza de detalhes, o traumatizado revive o trauma. Esta recordação intensa ocorre porque o sujeito tem necessidade de entender a causa da violência. Fazer uma narrativa é uma maneira de tentar organizar a situação traumática, processá-la, compreendê-la enquanto causa e efeito. O sujeito que passa por esse tipo de situação perde a consciência de si, torna-

se um objeto. Perde-se a relação entre “eu e mundo”, pois se naufraga no mundo. É em meio a essas recordações que a experiência da protagonista com o caminhão de turma é mostrada:

E o grande medo só veio quando o caminhão arrancou, ladeira abaixo, e o vento afogava a respiração e era tudo uma escura falta de ar. O medo veio e ela não sabia o que fazer, deu uma só vontade que invadiu o corpo inteiro, era vontade de descer, pedir para que o caminhão parasse para ela saltar, meu Deus, meu Deus! Mas não tinha recurso, ela era só uma panhadora de café com medo, sozinha, no meio das outras panhadoras, engrouvinhadas de frio, precisadas de sono, cheias de problemas duros na vida. E foi, foi até o cafezal, o medo sem remédio apertando o coração. Rezou, Deus sabe como ela rezou e pediu para que o medo fosse embora como sonho ruim. Mas na outra madrugada ele veio de novo, certo e grosso, e foi muito pior, era o medo criado pelo vento, que a paisagem viva das margens só fazia aumentar, vacas, pastos, cavalos, cafezais, tudo em volta e dentro dela o medo: nascido ela nunca ia saber onde (CARVALHO, 1978, p. 69).

O narrador se utiliza do discurso indireto livre, permitindo que os sentimentos e impressões da personagem contaminem a narração da viagem no caminhão de turma. Nesta narração, o desamparo e a exposição dos corpos das trabalhadoras a uma condição de desconforto e de risco são gritantes. O impacto do movimento do caminhão na subjetividade da protagonista apresenta aquela relação entre os aspectos psicológicos e o ambiente exterior experimentado que, segundo Yi-Fu Tuan, caracterizam uma paisagem do medo. As passagens de “A cara engraçada do medo” que estão em destaque trazem consigo exemplos dos dois componentes que são fundamentais nesse sentimento complexo que é o medo: “O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, e a resposta instintiva do animal é enfrentar ou fugir” (TUAN, 2005a, p. 10). Como a trabalhadora boia-fria não tinha condições de enfrentar a situação, foi tomada por uma poderosa vontade de sair dali, descer, pedir para o caminhão parar para que saltasse. As ações desejadas pela trabalhadora são todas próximas da ideia de fuga da situação que gera o medo. O outro componente é a ansiedade, que é uma sensação difusa de medo. A ansiedade acomete a personagem quando ela sobe no caminhão. Segundo Yi-Fu Tuan, a ansiedade comumente acontece quando um animal – e, como veremos, a definição de Tuan contempla a situação da protagonista do conto – “está em um ambiente estranho e desorientador, longe do seu território, dos objetos e figuras conhecidas que lhe dão apoio” (TUAN, 2005a, p. 10). Por ser uma novidade, e por obrigar a trabalhadora a estar junto de pessoas que não conhecia, a viagem no caminhão foi uma situação potencializadora da ansiedade, fazendo os elementos que compõe a “paisagem viva das margens” (CARVALHO, 1978, p. 69) vista de cima da carroceria do caminhão serem contaminados pela sensação aterradora de medo, palavra que aparece muitas vezes nas passagens citadas. Mesmo o apelo à religião falha, pois o medo retorna na madrugada seguinte. A maneira encontrada de não ser afetada pelo medo é a embriaguez trazida pela pinga, que passou a ser bebida nas madrugadas, enquanto as filhas dormiam. A trabalhadora tornou-se dependente da bebida, pois esta foi a única maneira encontrada de lidar com o medo de andar no caminhão de turma.

Considerações finais

As duas narrativas investigadas dão mostras da violência das situações enfrentadas pelos trabalhadores boias-frias, funcionando como uma denúncia do total descaso do Governo Brasileiro e da sociedade civil para com esses trabalhadores. Yi-Fu Tuan, já em 1975, percebeu como a opressão

no campo, apesar de não ser notoriamente visível, deixa marcas duradouras. Após passarem por um violento processo de desenraizamento que significou a entrada em um modo de vida que é moderno e ao mesmo tempo precário, permeado pela exposição ao risco extremo e à miserabilidade, os trabalhadores boias-frias viram-se desapropriados dos mais elementares direitos. A necessidade de sobreviver obrigou-os a sujeitarem-se a experiências extremas, uma maneira radical de relacionar-se com a realidade, marcadas pela presença do medo, da dor e da morte. Esta condição de risco e de miserabilidade sempre foi mais dura para as mulheres, que eram vitimadas pela condição de boia-fria, e também pelo impacto da divisão sexual do trabalho, que fazia sua jornada de trabalho diária ser muito maior que a dos homens.

A partir de uma narrativa testemunhal que combina elementos da reportagem jornalística e da ficção, Murilo Carvalho dá voz e visibilidade aos trabalhadores que foram ofendidos por uma situação extrema, que é exposta aos olhos do leitor. A narrativa testemunhal “O Expresso Boia-Fria” serviu de base para Murilo Carvalho explorar a subjetividade da mulher boia-fria em outro acidente no caminhão de turma, no conto “A cara engraçada do medo”. Ao fazer isso, Murilo Carvalho avança no importante exercício de denúncia que também caracteriza a literatura de testemunho, contribuindo para desentranhar as “muitas histórias de privação e medo, que, se não fosse pela documentação literária, teriam desaparecido gradualmente de nossas consciências porque deixaram sua marca principalmente nos perecíveis corpos e mentes das pessoas” (TUAN, 2005b, p. 225). Além da sensação de medo que acomete as protagonistas das duas narrativas, a experiência traumática é de fundamental importância aqui. Não só as trabalhadoras que experimentaram diretamente a experiência traumática, mas também aqueles que a presenciaram passaram por um trauma.

Segundo Freud, a experiência traumática é aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. Para o pensador austríaco o acidente é uma situação traumática exemplar. As mulheres que sofreram o acidente, mas também os sujeitos que o presenciaram, apresentaram os aspectos psicológicos, e também a relação tensa com a linguagem que caracteriza o sujeito que passou pela experiência traumática. Mais que se lembrar do trauma, eles o reviviam.

A literatura de testemunho, ao estabelecer relações entre literatura e política, mas também entre literatura e história, nos leva a repensar tanto as possibilidades dos gêneros literários tradicionais – que são transformados ao tentarem abarcar uma situação de violência grave –, como nossa visão de História, e, por conseguinte, nossa visão do fato histórico. Como nos mostra Márcio Seligmann-Silva a historiografia tradicional e os gêneros literários tradicionais são desconstruídos ao incorporarem elementos antes reservados à ficção.

A leitura estética do passado é necessária, pois opõe-se à “museologização” do ocorrido: ela está vinculada a uma modalidade da memória que quer manter o passado ativo no *presente*. Ao invés da tradicional representação, o seu registro é o do índice: ela quer *apresentar, expor* o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes (SELIGMANN-SILVA, 2006, p. 57, grifos do autor).

Infelizmente, mais que atualizar o passado no presente, as narrativas investigadas lidam com formas de violência que continuam a acontecer. A constante presença da fuligem de palha de cana-de-açúcar em nosso cotidiano é um signo que aponta para a permanência de relações de exploração de trabalho desumanizadas e violentas. A existência dessas formas de relação de trabalho também se corrobora pelo crescente número de denúncias e salvamentos de trabalhadores que se encontravam em situação de escravidão, expostos a péssimas condições de moradia, trabalho e higiene. As grandes propriedades de terra que servem de base para a produção monocultura e para o Agronegócio dão

margem para a invisibilidade social desses trabalhadores, que se tornam vítimas potenciais da lógica da produção monocultora em larga escala. As narrativas de Murilo Carvalho aqui investigadas, ao trabalharem com a violência grave, trazem transformações em sua forma literária. Sendo obras que se posicionam contra a barbárie, são um apelo à necessária transformação social da realidade que gera a violência extrema e a experiência traumática. Esta transformação está diretamente relacionada com os usos e concentração da terra que caracteriza a estrutura fundiária brasileira. Se estes usos não forem repensados, seremos todos coniventes com a violência sem limites que perpassa as relações de trabalho no mundo rural brasileiro. Os próprios trabalhadores, como é o caso de Tereza Silva, já vislumbram outro mundo possível, isso se a necessária reforma agrária e redistribuição das terras acontecer: “Mas se pudesse ter um chãozinho da gente, eu bem que gostava, que lá eu ia ter meus porcos, galinhas, gosto mais nessa vida é de fartura, é a coisa mais preciosa de Deus” (CARVALHO, 1976, p. 150). No entanto, sendo realista com a dureza de sua situação, Tereza diz: “Mas não dá, né?, nós é só boia-fria.”

Thrown off the truck: testimonial literature and traumatic experience among women seasonal farm workers in Murilo Carvalho’s writings

ABSTRACT:

This article investigates the universe of women seasonal farm workers, more precisely those women laborers who take the so-called truck, in the newspaper chronicle “The Seasonal Farm Workers’ Express” (1976) and the short story “The funny face of fear”(1978), both by the journalist and creative writer Murilo Carvalho. The hypothesis is that these two narratives, in which the theme is the truck accident, can be classified as testimonial literature.

Keywords: Brazilian literature. Testimonial literature. Murilo Carvalho. Women seasonal farm workers. Outfit truck accident.

Notas explicativas

* Professora da Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus Araraquara.

** Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNESP.

Referências

- ADOUE, Silvia Beatriz. A trilogia da investigação. Jornalismo, testemunho e militância. In: _____ . *Rodolfo Walsh, o criptógrafo: relações entre escrita e ação política na obra de Rodolfo Walsh*. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Hispano Americana) – Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 53-61.
- AGAMBEN, Giorgio. A testemunha. In: *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo, Boitempo, 2008. p. 25-48
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). *Cultura Brasileira: temas e situações*. São Paulo, Ática, 2000. p. 16-41.

- CARVALHO, Murilo. O Expresso Bóia-Fria. In: *Estórias de trabalhador*. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 145-150.
- _____. A cara engraçada do medo. In: *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 65-72.
- MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. In: *Lua Nova – Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.
- MARTINEZ-ALLIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKI, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1977. p. 69-100.
- PINHEIRO, Maria Teresa; QUINTELLA, Rogerio Robbe; VERZTMAN, Julio Sergio. Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. In: *Revista Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v.22, n.7, p. 147-168, 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2006. p.45-58.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona a boia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.) *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 2002. p. 554-577.
- TUAN, Yi-Fu. Introdução. In: *Paisagens do medo*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005a, p. 7-18.
- _____. Violência e medo no campo. In: *Paisagens do medo*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2005b, p. 207-230.

Recebido em: 31 de outubro de 2011

Aprovado em: 10 de janeiro de 2012